

CONTROLE SOCIAL NO SISTEMA ESTADUAL DE INCENTIVOS A SERVIÇOS AMBIENTAIS DO ACRE: IMPLANTAÇÃO DO COMITÊ SOBRE SALVAGUARDAS

Ayri Saraiva Rando¹, Marta Nogueira de Azevedo², Lucas Engelbrecht³

1. Engenheiro Ambiental, Mestrando em Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Acre; *ayrirando@gmail.com

2. Historiadora, Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Acre

3. Engenheiro Ambiental, Especialista em Gestão Ambiental e Negócios no Setor Energético pela Universidade de São Paulo

Palavras Chave: SISA, Controle Social, CEVA.

Introdução

No Acre, criou-se em 2010 o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais – SISA e seus programas, dentre eles, programa que possibilita mecanismo de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REDD+, conhecido por ser um dos mecanismos de compensações por serviços ambientais.

Os mecanismos citados possuem riscos e oportunidades, destacando-se entre os riscos, a falta de garantias da participação de diversos atores da sociedade na construção, implementação e avaliação de políticas e projetos de REDD+.

As salvaguardas sociais e ambientais têm como função eliminar os riscos e potencializar as oportunidades deste tipo de mecanismo. Os padrões sociais e ambientais de REDD+ da Iniciativa Internacional (REDD+ SES) são a ferramenta em uso para institucionalizar as salvaguardas do SISA. Neste sentido, o processo pertinente ao controle social ganha notoriedade e é fundamental, sendo que a Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento - CEVA é o colegiado responsável por garantir a transparência e exercer o controle social neste sistema.

A problemática abordada é a dificuldade do exercício do controle em questão voltado ao funcionamento como comitê específico para implementação das salvaguardas mencionadas, a começar pela garantia da transparência.

O objetivo geral deste trabalho é avaliar o processo de controle social pelo funcionamento de tal comitê. Já, o objetivo específico é apontar desafios e recomendações à CEVA para uma boa continuidade nesta função de comitê.

Resultados e Discussão

Tal trabalho utiliza-se da pesquisa bibliográfica e do levantamento documental referente às ações dos projetos de testes dos REDD+ SES e de institucionalização destes padrões no SISA, executados em parceria do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Acre – IMC com a ONG CARE Brasil. O período considerado compreende o dia 18 de outubro de 2011, dia da eleição dos membros da sociedade civil organizada para atuação na CEVA, até o dia 30 de junho de 2013, data de encerramento do projeto de institucionalização.

O guia para implementação dos REDD+ SES nos países prevê ações divididas em dez etapas: i) eventos de conscientização e capacitação; ii) estabelecimento da equipe de facilitação; iii) criação do comitê local de padrões; (iv) desenvolvimento do plano de trabalho; (v) elaboração da minuta dos indicadores acrianos; (vi) organização de consulta sobre tal minuta; (vii) construção do plano de monitoramento; (viii) desenvolvimento do relatório preliminar de avaliação do desempenho pelo IMC; (ix) organização de consulta sobre o relatório preliminar; e (x) publicação do relatório de avaliação do desempenho.

A avaliação realizada refere-se à comparação das publicações previstas nestas etapas com as publicações

feitas, priorizando a questão da possibilidade da sociedade acessar informação, que é a base de processos transparentes que fomentam a participação e o efetivo controle social de políticas públicas.

Todas as publicações previstas foram realizadas, ressaltando o ofício específico do IMC contendo minuta dos indicadores acrianos para consulta, ressaltando que o manual para monitoramento das salvaguardas foi elaborado e publicado pelo IMC, CARE Brasil e Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – IMAFLORA, com apoio da CEVA; que a publicação do folder de divulgação foi conduzida pela CEVA, IMC e CARE Brasil; e que o relatório de atividades 2011-2012 foi elaborado e publicado pela CEVA, com o apoio destes dois últimos parceiros.

Frisa-se que as publicações e o apoio mencionados foram possíveis devido aos recursos técnicos, humanos e financeiros, disponibilizados pelos dois projetos comentados. Percebeu-se ainda uma alta demanda de ações das instituições membro em suas rotinas de trabalho e que a atuação voluntária destas mesmas dificultou o desempenho e a participação de tal colegiado como comitê local de padrões.

Conclusões

Os desafios encontrados pela CEVA no papel deste comitê de suporte à implantação das salvaguardas vinculam-se ao seu próprio funcionamento, por causa da dependência identificada, referente aos recursos dos projetos executados e concluídos; à necessidade de garantir a presença contínua dos membros titulares nas suas atividades; à demanda por apoio com disponibilização de técnico para dedicação integral às atividades pertinentes aos REDD+ SES; e à baixa disponibilidade dos seus membros em participar de programa de fortalecimento e capacitação voltado ao funcionamento deste colegiado como comitê local.

Enfim, a principal recomendação ao órgão de controle social é a constante busca pela capacitação, formação e fortalecimento institucional para avaliar e validar o monitoramento das salvaguardas, compreendendo e fazendo uso da ferramenta de tal monitoramento, que é o manual publicado, para que realmente possa sugerir e exigir o aperfeiçoamento desta política pública, o cumprimento de direitos, a promoção da transparência, da participação e o efetivo controle social, no que tange à validação do monitoramento do desempenho social e ambiental desta política.

Referências Bibliográficas

COMISSÃO ESTADUAL DE VALIDAÇÃO E ACOMPANHAMENTO. **Relatório anual 2011-2012**. Rio Branco, Acre, Brasil, 2013.

GTA; CNS; COIAB. **Redd saiba mais**. Brasília, 2010.

RANDO, A. S. **Salvaguardas socioambientais no SISA**: CEVA como comitê local de padrões. In. _____. Seminário de apresentação das ações e resultados da CEVA em 2011 e 2012. Rio Branco, Acre, 2013.

67ª Reunião Anual da SBPC